RESOLUÇÃO AG-9/15 E CII/AG-2/15

A Concretização da Visão Renovada. Proposta Organizacional e de Capitalização para a Fusão Externa do Setor Privado no Grupo do BID

CONSIDERANDO:

Que em 17 de março de 2013, de acordo com a Resolução AG-7/13 e CII/AG-2/13, as Assembleias de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (“BID” ou “Banco”) e da Corporação Interamericana de Investimentos (“CII” ou “Corporação”) (a) estabeleceram um comitê ad hoc (“Comitê Ad Hoc”) representando a Diretoria Executiva do BID, a Diretoria Executiva da CII e a Comissão de Contribuintes do Fundo Multilateral de Investimentos (“Fumin”, em conjunto com o BID e a CII, “Grupo do BID”)¹ e (b) instruíram o Comitê Ad Hoc a orientar a Administração do BID (atuando por conta própria e na qualidade de administrador do Fumin) e da CII (coletivamente, “Administração”) no desenvolvimento de uma Visão Renovada para as atividades do Grupo do BID com o setor privado; respeitando os compromissos e objetivos gerais do AGC-9 de redução da pobreza e da desigualdade e de promoção do crescimento sustentável e inclusivo, a Visão Renovada se concentra no fortalecimento da eficácia e do impacto no desenvolvimento e da adicionalidade, assim como na maximização do uso eficiente de recursos e sinergias entre as atividades dos setores público e privado;

Que, de acordo com a Resolução AG-7/13 e CII/AG-2/13, as Assembleias de Governadores do BID e da CII instruíram adicionalmente a Comissão de Contribuintes do Fumin a orientar a Administração do BID (atuando como administrador do Fumin) na formulação de uma estratégia e de opções financeiras para uma possível reposição do Fumin e outras opções relacionadas, levando em consideração as propostas desenvolvidas pelo Comitê Ad Hoc;

Que em 30 de março de 2014, de acordo com a Resolução AG-6/14 e CII/AG-2/14, as Assembleias de Governadores do BID e da CII acolheram o progresso alcançado referente à proposta de consolidação de todas as atividades do setor privado do Grupo do BID na CII, a fim de apoiar a implementação da Visão Renovada para as atividades do Grupo do BID com o setor privado descrita no documento CA-532, CII/CA-144, MIF/CA-13, e instruiu o Comitê Ad Hoc a orientar a Administração para (a) elaborar uma proposta para transferir do BID para a CII as funções operacionais e administrativas e recursos não financeiros associados com as atividades do setor privado, (b) realizar uma revisão do capital e apresentar uma proposta de capitalização para a entidade consolidada proposta e (c) apresentar as propostas de transferência e capitalização como propostas de decisões para a consideração das Diretorias Executivas do BID

¹ O BID, a CII e o Fumin são entidades distintas que colaboram com o setor privado em matéria de desenvolvimento. O BID e a CII são organismos internacionais públicos com convênios constitutivos independentes, ativos e estruturas de governança próprias. O Fumin é um fundo administrado pelo BID em conformidade com o Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos II, de 9 de abril de 2005.

e da CII e para a consideração adicional das Assembleias de Governadores do BID e da CII, até a Reunião Anual das Assembleias de Governadores do BID e da CII em 2015;

Que o parágrafo 4 da Resolução AG-6/14 e CII/AG-2/14 determinou que a transferência das atividades sem garantia soberana do Banco para a CII “... *assegure eficiência, eficácia no desenvolvimento e a aplicação de funções supervisoras de qualidade à entidade consolidada proposta*”. De maneira análoga, o parágrafo 5 da Resolução estabeleceu que [a proposta] “... *deverá: (i) levar em conta a nova política de adequação do capital; (ii) preservar o volume de financiamento GS e SGS coerente com o AGC-9; (iii) salvaguardar a classificação AAA do BID; (iv) propor parâmetros de uma cláusula de extinção para a contabilização cruzada. A proposta de capitalização deve incluir mecanismos que permitam flexibilidade*”;

Que, de acordo com a Resolução AG-6/14 e CII/AG-2/14, as Assembleias de Governadores do BID e da CII também (a) reafirmaram seu compromisso com o Fumin e sua reposição como parte do processo de consolidação das atividades do setor privado do Grupo do BID e (b) instruíram a Administração a apresentar à Comissão de Contribuintes do Fumin propostas de financiamento interino dos recursos do Fumin para assegurar um nível adequado de operações até que seja obtida uma decisão sobre a capitalização da CII e a reposição do Fumin; e

Que em 12 de março de 2015 as Diretorias Executivas do BID e da CII aprovaram o documento GN-2807-2 e CII/GN-303-2, intitulado “A Concretização da Visão Renovada: Proposta Organizacional e de Capitalização para a Fusão Externa do Setor Privado no Grupo do BID”, para posterior consideração pelas Comissões das Assembleias de Governadores do BID e da CII como documento CA-556 e CII/CA-165 (“Proposta de Fusão Externa”).

As Assembleias de Governadores do BID e da CII, separadamente, e em conformidade com o Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, respectivamente,

RESOLVEM:

1. Autorizar a transferência do BID para a CII das funções operacionais e administrativas e dos recursos não financeiros associados com as atividades sem garantia soberana do BID em conformidade com os princípios estabelecidos nos parágrafos 3.1 a 3.59 da Proposta de Fusão Externa e instruir as Diretorias Executivas e a Administração do BID e da CII a tomar todas as medidas necessárias para concluir essa transferência até 1º de janeiro de 2016, ou data posterior, conforme venha a ser aprovada pelas Diretorias Executivas do BID e da CII (“data de entrada em vigor”).

2. Apoiar a proposta de capitalização da CII descrita nestas resoluções e instruir as Diretorias Executivas e a Administração do BID e da CII a tomar todas as medidas necessárias a fim de concluir essa capitalização em conformidade com o parágrafo 5 da Resolução AG-6/14 e CII/AG-2/14 e conforme estabelecido na presente resolução.

3. A partir da data de entrada em vigor, as novas operações sem garantia soberana e a administração das operações atuais da CII e das operações atuais sem garantia soberana do BID serão realizadas pela CII em conformidade com as políticas e procedimentos atualizados da CII e, na medida em que tais operações sejam financiadas com recursos do BID ou com recursos

administrados pelo BID (“operações contabilizadas de forma cruzada”), com as normas adicionais que possam vir a ser aprovadas para as operações contabilizadas de forma cruzada pela Diretoria Executiva do BID. As funções de supervisão, atualmente aplicáveis às operações sem garantia soberana do BID, prestarão, também à CII, os serviços oferecidos a todo o Grupo, observados os mesmos padrões e qualidade, conforme determinado pela governança da CII. As políticas e procedimentos atualizados da CII manterão, no mínimo, as atuais salvaguardas ambientais e sociais da CII.

4. Reafirmar seu compromisso com o Fumin, inclusive apoiando a consideração adicional da prorrogação do prazo do Convênio do Fumin II para além de 31 de dezembro de 2015, a fim de que o Fumin continue a complementar e apoiar as operações e atividades do BID e da CII. Até 30 de junho de 2015, a Administração do BID (atuando como administrador do Fumin) apresentará à Comissão de Contribuintes uma proposta para a prorrogação do prazo do Convênio do Fumin II para além de 31 de dezembro de 2015. Ademais, a Comissão de Contribuintes orientará a Administração na análise e desenvolvimento de opções para o futuro do Fumin como parte da consolidação das atividades do setor privado do Grupo do BID. A Comissão de Contribuintes, depois de aprovar uma proposta, apresentará suas recomendações às Diretorias Executivas e, posteriormente, às Assembleias de Governadores do BID e da CII, conforme o caso aplicável, até 31 de março de 2016.

5. Instruir o Comitê Coordenador mencionado no parágrafo 3.49 da Proposta de Fusão Externa a coordenar o trabalho da Administração do BID e da CII em seus esforços para implementar a transferência do BID para a CII das funções operacionais e administrativas e recursos não financeiros associados às atividades sem garantia soberana do BID.

6. Esta resolução entrará em vigor na data em que o Secretário certificar que foi recebido o número suficiente de votos dos Governadores do BID e da CII, conforme exigido para a aprovação de cada item aqui indicado.

A Assembleia de Governadores do BID

RESOLVE:

7. Até 31 de outubro de 2015, ou data posterior que venha a ser aprovada pela Diretoria Executiva do BID, a Diretoria Executiva do BID aprovará as normas para as operações contabilizadas de forma cruzada, as quais serão compatíveis com os princípios estabelecidos nos parágrafos 4.12 ao 4.14 da Proposta de Fusão Externa e estarão sujeitas à todos os mandatos anteriores da Assembleia de Governadores do BID relacionados ao financiamento de operações sem garantia soberana do BID. O Banco e a CII realizarão a contabilização cruzada das operações por um período de sete anos a partir da data de entrada em vigor.

8. Com base nas recomendações técnicas da Administração, transferir o montante de US\$ 510 milhões e, levando em conta as considerações e necessidades de todos os membros, a Assembleia de Governadores do BID apoia a realização de transferências anuais do Banco (em nome de seus membros) para a CII, de um montante total de US\$ 725 milhões provenientes da renda do Capital Ordinário do Banco, sujeitas à aprovação anual pela Assembleia de Governadores do BID, a qual deverá levar em conta as seguintes considerações: o cumprimento

da Resolução AG-11/14 (Mandato da Política de Adequação do Capital do BID), os requisitos estabelecidos no Artigo VII, Seção 4(a) do Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a preservação de um volume de financiamento com garantia soberana coerente com o AGC-9, conforme estipulado na Resolução AG-6/14 e CII/AG-2/14, e a construção de margens de reserva de capital em conformidade com a Política de Adequação do Capital e outras políticas financeiras do Banco aplicáveis. Países que decidirem não se tornarem membros da CII poderão direcionar a parcela de sua transferência conforme referido país determine e, preferivelmente, mantendo a sua participação no Grupo do BID. A parcela de US\$ 215 milhões será transferida entre 2023 e 2025, sujeita à Política de Adequação de Capital, incluindo a construção completa de margens de reserva de capital, e a que pelo menos 50% das Novas Ações nos termos do Anexo A tenham sido integralizadas conforme previsto no Anexo A. As transferências anuais estão previstas para ocorrer para todos os membros (exceto para os países que não são membros da CII) de acordo com o cronograma teórico anual estabelecido no Anexo C para fins de alcançar os objetivos desta resolução.

9. Instruir a Diretoria Executiva e a Administração do BID a tomar todas as medidas necessárias para realizar os ajustes que possam ser exigidos na organização do BID em virtude da transferência do BID para a CII das funções operacionais e administrativas e dos recursos não financeiros associados com as atividades sem garantia soberana do BID, segundo previsto no parágrafo 1.

A Assembleia de Governadores da CII

RESOLVE:

10. De maneira compatível com a diretriz da CII de trabalhar com empresas, a CII, orientando-se pelos princípios do fortalecimento da eficácia e impacto no desenvolvimento e adicionalidade, assim como da maximização do uso eficiente de recursos e sinergias entre as atividades dos setores público e privado do Grupo do BID, realizará toda a gama de operações ora executadas pelas janelas de operações sem garantia soberana do Grupo do BID (inclusive com empresas estatais detidas totalmente pelo Estado e excluindo as operações com governos subsoberanos), a partir da data de entrada em vigor. O Convênio Constitutivo da CII será interpretado de modo a permitir que a CII cumpra referido mandato, e a sua Diretoria Executiva deverá implementá-lo conforme as políticas operacionais da CII; a CII deverá ter como objetivo manter, pelo menos, sua atual classificação de crédito AA.

11. A Diretoria Executiva da CII orientará a Administração na formulação de um plano de negócios operacional plurianual alinhado com os objetivos da CII. Esse plano de negócios deverá refletir as prioridades descritas na Visão Renovada e levar em conta a lógica diferencial sob a qual um banco de desenvolvimento regional opera, com condições de financiamento dinâmicas e flexíveis, a fim de transformá-lo em uma ferramenta útil e eficaz, adaptável à realidade da região. Além disso, a Diretoria Executiva da CII instruirá a Administração a desenvolver uma estratégia para reforçar o engajamento da CII com os países C e D para identificar mecanismos e assistência para facilitar a capacidade de referidos países em utilizar recursos da CII e atingir uma meta de 40% para operações de financiamento. Isso deverá assegurar, até o fim da capitalização, um aumento no total de empréstimos para os países do Caribe e para outros países que se beneficiaram menos das operações sem garantia soberana.

12. Aumentar o capital da Corporação em US\$ 2.030.000.000,00, divididos em 125.474 ações, com um valor nominal de US\$ 10.000,00 por ação e um preço-base de US\$ 16.178,60 (“Ações Novas”), exclusivamente para os fins estabelecidos abaixo.

13. Serão emitidas Ações Novas para os acionistas da CII e Novos Membros nos termos dos Anexos A e B;

- a. As 80.662 Ações Novas subscritas nos termos do Anexo A serão integralizadas em sete parcelas anuais, pelo preço-base, o qual será ajustado para refletir atrasos nos pagamentos, conforme os termos descritos no Anexo A.
- b. As 44.812 Ações Novas, conforme os termos do Anexo B e condicionadas às transferências do BID referidas no parágrafo 8 acima, serão emitidas com valor nominal e valoradas a um preço-base.
- c. Conforme estabelecido no Convênio Constitutivo da CII, nenhum membro será obrigado a participar de parte alguma do aumento de capital. A qualquer momento, caso um membro deseje liberar as ações subscritas nos termos do Anexo A, recomenda-se que tal membro informe prontamente a Corporação para facilitar a realocação de referidas ações.

14. Autorizar a admissão do Reino Unido, da República da Croácia e da República da Eslovênia como países-membros (cada um deles um “Novo Membro”), acionistas do BID que não são acionistas da Corporação atualmente, se quiserem ingressar, e autorizar sua subscrição ou recebimento de ações de acordo com o Anexo A e/ou B. A admissão será declarada após o cumprimento das mesmas condições legais institucionais sob as quais o Canadá foi admitido como país-membro (CII/AG-03/12), com exceção do preço da ação e dos temas relacionados à integralização, os quais constam do respectivo Anexo, assim como dos temas relacionados aos fundos fiduciários.

15. Quaisquer Ações Novas que não sejam subscritas ou integralizadas em conformidade com os termos da presente resolução, assim como as Ações Novas cuja subscrição seja cancelada, serão realocadas prontamente entre os acionistas da CII de acordo com os termos e condições a serem determinados pela Diretoria Executiva da CII, com o objetivo de garantir a capitalização oportuna e completa da CII em conformidade com o Anexo A.

16. Com a finalidade única de alocar (a) ações aos Novos Membros nos termos do Anexo A e (b) as transferências recebidas em função do poder de voto no BID nos termos do Anexo B, considerar-se-á que os países-membros da CII terão renunciado ao seu direito de subscrição preferencial conforme estabelecido no Artigo II, Seção 5 do Convênio Constitutivo da CII em relação às Ações Novas, salvo comunicação em contrário à CII no prazo de 180 dias a partir da data da presente resolução. A Diretoria Executiva enviará uma proposta aos Governadores a fim de tratar de referidas comunicações que venham a ser recebidas.

17. O Comitê Coordenador referido no parágrafo 3.49 da Proposta de Fusão Externa, sob a orientação da Diretoria Executiva da CII, está encarregado da transformação da CII, inclusive a integração das funções operacionais e administrativas e dos recursos não financeiros associados com as atividades sem garantia soberana transferidas do BID, de acordo com os

princípios da Proposta de Fusão Externa e conforme estabelecido no documento “*Implementation Plan for the IDB Group Private Sector Merge-Out*” [Plano de Implementação para a Fusão Externa do Setor Privado no Grupo do BID] (GN-2778-2) elaborado pela Administração sob a orientação do Comitê Ad Hoc e dos especialistas reconhecidos internacionalmente que assessoraram o Comitê.

18. Direcionar o Presidente da Diretoria Executiva a realizar prontamente um processo aberto, transparente e competitivo, juntamente com um comitê consultivo de alto nível, para apoiá-lo na elaboração de sua recomendação à Diretoria Executiva para a seleção do novo Gerente-Geral da CII o mais breve possível.

19. A Diretoria Executiva da CII informará anualmente a Assembleia de Governadores da CII sobre o progresso e a implementação da Fusão Externa, no decorrer do processo de capitalização.

Disposições Transitórias:

CONSIDERANDO:

Que os Governadores da CII reconhecem que durante o período de capitalização a estrutura acionária da CII e o poder de voto de seus membros flutuarão em virtude do momento em que ocorram as integralizações de capital, as transferências do BID e o possível ingresso de Novos Membros,

A Assembleia de Governadores da CII

RESOLVE:

1. A composição da Diretoria Executiva refletirá a participação acionária resultante do capital integralizado, juntamente com o cronograma teórico de transferência, conforme estabelecido no Anexo C durante o período que abrange até 2025.

Aprovada em 30 de março de 2015

AG-9/15 e CII/AG-2/15

Anexo A

Condições gerais aplicáveis às Ações Novas:

- Todas as Ações Novas terão valor nominal de US\$ 10.000 e serão emitidas pelo preço-base de US\$ 16.178,6, exceto em relação às Ações Novas alocadas nos termos do Anexo A apenas.
- Dentro de 150 dias, a partir da data desta resolução, a Diretoria Executiva determinará os termos e condições básicos para a realocação (i) das Ações Novas, de acordo com o Anexo A, que não forem subscritas dentro do período de subscrição estabelecido no Anexo A (e de eventuais prorrogações), ou (ii) das Ações Novas, de acordo com o Anexo A, que forem liberadas durante o processo de capitalização ou (iii) das Ações Novas, de acordo com o Anexo A ou Anexo B, que não tenham sido emitidas ao final do período de capitalização (e de eventuais prorrogações).
- Ao fazer qualquer realocação, a Diretoria Executiva deve assegurar que, ao final do Período de Capitalização, nenhuma mudança na distribuição das Ações Novas resulte no poder de voto do grupo dos países-membros regionais em desenvolvimento a ser inferior a 54%.
- Ao efetuar qualquer realocação, a Diretoria Executiva fica autorizada a permitir que o Peru, a Colômbia e o Chile realoquem suas respectivas alocações de ações entre si de modo a manter sua paridade relativa de poder de voto na CII.
- Ao fazer qualquer realocação, a Diretoria Executiva também deve assegurar que as Ações Novas sejam realocadas apenas aos países que estejam em dia com as suas obrigações perante a CII.

Termos e condições específicos relativos às Ações Novas subscritas nos termos do presente Anexo A:

- Foram alocadas 80.662 Ações Novas para subscrição em conformidade com o presente Anexo A. Cada Novo Membro e cada país-membro terão 180 dias para subscrever a proporção de ações a ele correspondente conforme a tabela abaixo. A Diretoria Executiva poderá prorrogar o período de subscrição.
- No instrumento correspondente, cada país-membro subscritor informará à Corporação que tomou ou tomará todas as medidas necessárias para autorizar sua subscrição. Os instrumentos de subscrição podem estar sujeitos a dotações orçamentárias ou outras condições.
- Os pagamentos vencerão no dia 31 de outubro de cada ano, de 2016 a 2022, nos termos de um plano de integralização a ser definido e transmitido pela

Administração a cada país subscritor. A Diretoria Executiva poderá prorrogar os prazos para integralização.

- As Ações Novas serão emitidas ao final do período de pagamento correspondente a cada quota ou, no caso de pagamento em atraso, ao final do período de pagamento da quota em que o pagamento for recebido.
- A Administração definirá o plano de integralização de cada país, aplicando princípios de arredondamento, conforme necessário, e dividindo o número total de Ações Novas subscritas em sete quotas, cada uma representando um número de ações não fracionário; qualquer eventual saldo ou ajuste devido ao arredondamento será acrescido à sétima quota.
- As Ações Novas integralizadas dentro do respectivo período de pagamento de quota anual serão integralizadas pelo preço-base.
- O preço das Ações Novas que não sejam integralizadas dentro do respectivo período de pagamento de quota anual será corrigido para refletir um aumento de 5% para cada ano de atraso, com exceção às ações correspondentes à primeira quota que forem plenamente integralizadas até o fim do período da segunda quota que não estarão sujeitas ao ajuste de preço.
- Os termos e condições para a realocação de ações devem incluir um mecanismo ágil que permita à Diretoria Executiva realocar as Ações Novas que permaneçam por subscrever ao fim do período de subscrição estabelecido no Anexo A (ou de eventuais prorrogações desse período), ou que forem liberadas durante a capitalização, sempre que referidas Ações Novas, no acumulado, ultrapassarem 20% do total das Ações Novas autorizadas/emitidas até o momento.

Participação na CII	
	(%)*
Argentina	11,459%
Bahamas	0,204%
Barbados	0,143%
Belize	0,143%
Bolívia	0,921%
Brasil	11,459%
Chile	2,838%
Colômbia	2,955%
Costa Rica	0,445%
República Dominicana	0,619%
Equador	0,619%
El Salvador	0,445%
Guatemala	0,595%
Guiana	0,170%
Haiti	0,445%

Honduras	0,445%
Jamaica	0,595%
México	7,376%
Nicarágua	0,445%
Panamá	0,463%
Paraguai	0,463%
Peru	2,955%
Suriname	0,149%
Trinidad e Tobago	0,445%
Uruguai	1,221%
Venezuela	6,107%

Canadá	0,212%
Estados Unidos	22,693%

Áustria	0,489%
Bélgica	0,239%
China	0,221%
Croácia	0,000%
Dinamarca	1,517%
Finlândia	0,557%
França	3,063%
Alemanha	1,890%
Israel	0,245%
Itália	3,063%
Japão	3,530%
Coreia	0,221%
Países Baixos	1,517%
Noruega	0,557%
Portugal	0,258%
Eslovênia	0,000%
Espanha	3,530%
Suécia	0,557%
Suíça	1,517%
Reino Unido	0,000%

* Esta tabela é apenas para fins de referência. A tabela mostra o poder de voto na CII, supondo que todas as subscrições a integralizar tenham sido pagas. Nos termos do parágrafo 12 da presente resolução, foi autorizada a subscrição de 150 ações para cada Novo Membro. Assim, as percentagens do poder de voto na CII serão aplicadas de modo a distribuir as Ações Novas emitidas, nos termos do Anexo A, após a alocação de 450 ações para os Novos Membros.

AG-9/15 e CII/AG-2/15

Anexo B

Condições gerais aplicáveis às Ações Novas:

- Todas as Ações Novas terão valor nominal de US\$ 10.000 e serão emitidas pelo preço-base de US\$ 16.178,6, exceto conforme disposto com respeito às Ações Novas alocadas nos termos do Anexo A apenas.
- Dentro de 150 dias, a partir da data desta resolução, a Diretoria Executiva determinará os termos e condições básicos para a realocação (i) das Ações Novas, de acordo com o Anexo A, que não forem subscritas dentro do período de subscrição estabelecido no Anexo A (e de eventuais prorrogações), ou (ii) das Ações Novas, de acordo com o Anexo A, que forem liberadas durante o processo de capitalização ou (iii) das Ações Novas, de acordo com o Anexo A ou Anexo B, que não tenham sido emitidas ao final do período de capitalização (e de eventuais prorrogações).
- Ao fazer qualquer realocação, a Diretoria Executiva deve assegurar que, ao final do Período de Capitalização, nenhuma mudança na distribuição das Ações Novas resulte no poder de voto do grupo dos países-membros regionais em desenvolvimento a ser inferior a 54%.
- Ao efetuar qualquer realocação, a Diretoria Executiva fica autorizada a permitir que o Peru, a Colômbia e o Chile realoquem suas respectivas alocações de ações entre si de modo a manter sua paridade relativa de poder de voto na CII.
- Ao fazer qualquer realocação, a Diretoria Executiva também deve assegurar que as Ações Novas sejam realocadas apenas aos países que estejam em dia com as suas obrigações perante a CII.

Termos e condições específicos relativos às Ações Novas nos termos do presente Anexo B:

- As ações nos termos do presente Anexo B serão emitidas pelo preço-base.
- Os Governadores do BID e da CII autorizam a Administração do BID e da CII a determinar o montante exato de cada transferência que resultará na emissão de ações não fracionadas.
- A Administração dividirá o montante total de qualquer transferência pelo preço-base para determinar o número de ações a ser emitidas entre os membros da CII proporcionalmente à participação acionária de referidos membros no BID.
- A tabela abaixo é apenas para fins de referência e mostra a participação projetada de cada país nos termos do presente Anexo B.

Anexo B

As ações serão emitidas em favor dos acionistas após a transferência dos recursos do BID para a CII

% de participação acionária projetada do BID

Argentina	11,358%
Bahamas	0,209%
Barbados	0,136%
Belize	0,117%
Bolívia	0,912%
Brasil	11,358%
Chile	3,119%
Colômbia	3,119%
Costa Rica	0,456%
República Dominicana	0,609%
Equador	0,608%
El Salvador	0,455%
Guatemala	0,577%
Guiana	0,161%
Haiti	0,455%
Honduras	0,456%
Jamaica	0,577%
México	7,301%
Nicarágua	0,455%
Panamá	0,455%
Paraguai	0,455%
Peru	1,520%
Suriname	0,088%
Trinidad e Tobago	0,432%
Uruguai	1,218%
Venezuela	3,403%
Canadá	4,002%
Estados Unidos	30,019%

Áustria	0,160%
Bélgica	0,328%
China	0,003%
Croácia	0,049%
Dinamarca	0,170%
Finlândia	0,160%
França	1,896%
Alemanha	1,896%
Israel	0,157%
Itália	1,965%
Japão	5,002%
Coreia	0,003%
Países Baixos	0,199%
Noruega	0,170%
Portugal	0,054%
Eslovênia	0,030%
Espanha	1,965%
Suécia	0,326%
Suíça	0,471%
Reino Unido	0,963%
Países em desenvolvimento regionais	50,013%
Países desenvolvidos regionais	34,020%
Países extrarregionais	15,967%
Total	100,000%

A participação acionária projetada do BID corresponde à distribuição de ações após todas as subscrições do BID-9 terem sido realizadas.

AG-9/15 e CII/AG-2/15

Anexo C

(US\$ milhões)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Transferência	-	-	\$ 50	\$ 50	\$ 110	\$ 150	\$ 150	\$ 72	\$ 72	\$ 71	\$ 725